**PODER**

# Alcolumbre freia PEC da Maioridade Penal

Presidente do Senado desiste de colocar em votação a proposta e diz que vai aguardar a Câmara concluir a tramitação de seu texto para então levá-lo a plenário. Oposição acusa o governo Lula de agir no Congresso para adiar a apreciação

» LUÍZA ALTOÉ

Waldemir Barreto/Agência Senado



**Alcolumbre durante a sessão de ontem: avanço da discussão no Senado sobre a redução da maioridade penal provocou mal-estar na Câmara**

Após disputas entre senadores e deputados sobre qual Casa dará andamento ao tema da redução da maioridade penal, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou ontem que vai esperar a Câmara concluir a tramitação para então colocar o tema em votação. Segundo ele, a decisão atende a um pedido do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara.

"Na condição de presidente, preciso compreender que a ponderação foi razoável. E mesmo a gente concordando ou não, eu preciso tentar, da melhor maneira possível, uma relação pacífica, mesmo compreendendo que o Senado também pode ser Casa iniciadora e não só revisora", argumentou Alcolumbre.

Na Câmara, a tramitação da proposta está mais avançada. A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita em uma comissão especial. O relator do texto, Mendonça Filho (PL-PE), e o presidente da comissão especial, Aluísio Mendes (Republicanos-MA), pretendem apresentar e votar o relatório no colegiado no fim deste mês.

De acordo com Mendes, há compromisso por parte de Motta de que a matéria seja votada em plenário assim que aprovada na comissão especial. A ideia, segundo ele, é que a PEC seja enviada para análise do Senado na primeira semana de dezembro. "O presidente Davi fez um compromisso com a gente — antes da eleição — de que, a Câmara votando, ele votaria imediatamente no plenário", disse.

Ao comentar sobre o mérito da proposta, Mendonça defendeu uma redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. "Tenho uma firme convicção em torno dos 16 anos", frisou. Ainda assim, destacou que está aberto a discutir o alcance da medida, assim como se ela estará restrita a algum tipo de crime específico. "O debate está aberto. Eu quero construir", afirmou. Ele defendeu, por exemplo, que menores de 18 anos cumpram pena separados dos maiores de idade.

O colegiado também aprovou requerimentos que envolvem convites a representantes do governo para discutir a redução da maioridade penal. Entre os pedidos, foi aprovado uma audiência com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva; e representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal. Além disso, convites à ministra dos Direitos Humanos, Janine Mello, para debater o assunto.

Mendes criticou o fato de o Senado desejar andar com o assunto de "afogadilho", sendo que a Câmara discute o tema e segue o processo legislativo desde antes das eleições. "Esse açodamento do Senado não se justifica, porque essa Casa não está se omitindo", enfatizou. "Eu estive com o presidente Hugo Motta agora. Conversei com ele que é um absurdo a Câmara ser atropelada dessa forma."

Conforme o parlamentar, a insatisfação não se restringia à Câmara, mas também a senadores que não estão satisfeitos com a "pressa" para votar o tema no Senado.

As críticas vieram à tona após o Senado articular, na terça-feira, após a aprovação da PEC da Segurança Pública, a possibilidade de votar, ontem, um texto da Casa sobre a redução da maioridade penal.

> **Vou atender a esse pedido do presidente Motta e não vou colocar em deliberação hoje. Vou aguardar a Câmara. Ele fez um compromisso comigo de que, neste mês de novembro, ele votará lá e, quando chegar, vamos votar aqui"**
>
> ***Davi Alcolumbre (União-AP),*** *presidente do Senado*

O acordo foi firmado depois que o tema ficou fora da PEC da Segurança Pública e as emendas sobre redução da maioridade penal foram transformadas em propostas autônomas.

Durante o dia de ontem, o líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), colheu assinaturas e conseguiu apresentar um requerimento de calendário especial para que a PEC da redução da maioridade penal tivesse sua tramitação acelerada. Com isso, a matéria poderia ser apreciada diretamente em plenário, sem precisar passar pelas comissões. Com a negativa de Alcolumbre, Braga sugeriu o estabelecimento de uma data-limite para a Câmara votar a matéria; caso contrário, o Senado daria andamento ao assunto.

Para além da disputa entre as Casas, a definição de um texto de consenso também é um entrave para a tramitação acelerada da PEC no Senado. A mais rígida, do Partido Liberal (PL), reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos em casos de crimes gerais, indo para 14 anos em crimes hediondos. A do PT, por outro lado, sugere a redução para 16 em casos de crimes hediondos, mantendo em 18 casos gerais. Ambas tramitam em conjunto.

A decisão de Alcolumbre de aguardar a PEC da Câmara provocou críticas de senadores da oposição. Eles defenderam que o Senado tivesse protagonismo no debate. O líder do PL, senador Carlos Portinho (PL-RJ), reprovou a decisão e a quebra do acordo. Segundo ele, não existe possibilidade de novos acertos com o governo no âmbito da reforma tributária e da regulamentação da jornada de trabalho 5x2. "O governo esgotou, com o líder do PL, qualquer possibilidade de acordo pelo menos pelos próximos meses, até que o mínimo seja cumprido", afirmou.

Já a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), defendeu o prosseguimento da tramitação na Câmara. Ela disse que o tema demanda um debate aprofundado, tendo em vista as divergências. Para a parlamentar, isso não inviabiliza que o assunto seja votado também pelo Senado ainda este ano. "Não é porque a gente é Casa revisora que a gente vai dizer que é melhor e maior do que os deputados, que estão trabalhando esse tema numa comissão especial", disse.

A reação da oposição foi criticada por Alcolumbre. Ele lamentou que muitos atores políticos se promoveram e ganharam a eleição ofendendo as pessoas. "(Foram eleitos) com base em alguma agenda específica — fosse contra o Judiciário, o Executivo, o presidente do Senado —, porque dava voto na eleição um parlamentar ofender um presidente do Senado que não abre impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)", rebateu.

## Saiba mais

### *Pedido de Lula*

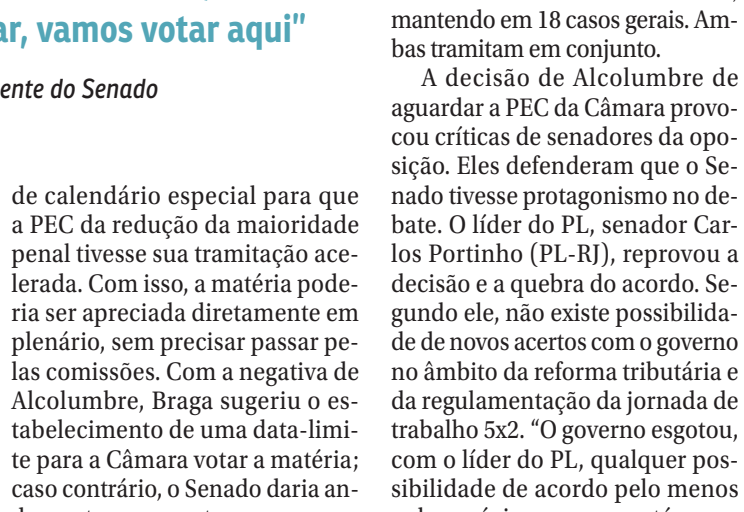
*O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desistiu de pautar a votação PEC da redução da maioridade penal porque, segundo ele, foi um pedido do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também entrou em campo para adiar a votação, em um esforço que envolveu o Ministério da Justiça e senadores que se opõem à pauta.*

*Lula ligou para Motta e para Alcolumbre e também ponderou que a Câmara já trabalhava com o tema. Ele pediu que fosse dada prioridade ao projeto dos deputados, com participação popular, realizando audiências públicas, sem tramitação acelerada.*

*A estratégia do Planalto consiste em ganhar tempo. Ainda que Lula tenha se posicionado de forma favorável à redução da maioridade para 16 anos, o tema é sensível para o PT, que tem posição historicamente contrária.*

# Situação de Flávio será avaliada após voto nos EUA

AFP



**Flávio fugiu para os Estados Unidos depois de perder a eleição**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou ontem que avaliará a situação do senador Flávio Bolsonaro (PL), que fugiu para os Estados Unidos após ser derrotado na disputa presidencial. A declaração foi dada após o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), questioná-lo sobre o motivo de Flávio ter conseguido votar sobre a PEC da Segurança.

"O senador Flávio Bolsonaro teve condições de votar ontem (anteontem) por um único motivo, por toda sessão convocada semipresencial, nossos colegas senadores podem votar pelo aplicativo e registrar presença. Vamos avaliar a questão de ordem apresentada por Vossa Excelência para ver qual encaminhamento podemos dar", declarou Alcolumbre.

Foi a primeira vez que o político participou de uma votação depois de fugir para os Estados Unidos após perder a eleição. O senador votou a favor da aprovação da PEC nos dois turnos, mas divergiu do desmembramento de emendas que tratavam da redução da maioridade penal, que foi aprovado com placar de 38 a 36 e, agora, seguem como propostas independentes.

A participação de Flávio foi possível em razão do Sistema de Deliberação Remota, implementado durante a pandemia de covid-19. Com ele, os parlamentares podem registrar seu voto a distância.

Há uma série de normas e tecnologias para garantir a segurança durante a votação. Os dispositivos que abrigam o sistema precisam ser previamente habilitados para uso exclusivo do parlamentar, que acessa o aplicativo Senado Digital com suas credenciais pessoais. Durante o processo de votação, o sistema capta uma imagem do político para reforçar a autenticação.

A norma que permitiu o uso do aplicativo determina que os parlamentares podem utilizá-lo desde que tenham registrado presença física no Senado. Mas a participação remota em votações é permitida em sessões especiais, debates temáticos ou se houver aprovação do plenário.

A PEC da Segurança Pública foi aprovada unanimemente e sem a inclusão de emendas sobre redução da maioridade penal. No primeiro turno, registrou 73 votos a favor e zero contra e, no segundo, 75 favoráveis e nenhum contra.

A Proposta de Emenda à Constituição cria o Sistema Único de Segurança Pública e fortalece a integração entre União, estados e municípios na investigação e punição das organizações criminosas.

Flávio deixou o Brasil em 27 de outubro, dois dias depois de perder a eleição para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A fuga dele descumpre ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava a entrega de seus passaportes e a proibição de sair do país.

## » Judicialização do fim da 6x1

Promulgada pelo Congresso em 16 de outubro, a Emenda Constitucional 141, que estabelece o fim da escala 6x1, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por entidades patronais. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou, ontem, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a emenda no Supremo. Na ação, argumenta que a mudança "viola princípios constitucionais como a segurança jurídica, a proteção ao ato jurídico perfeito, a autonomia coletiva e a livre iniciativa". A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também entrou com ação na Corte. O relator sorteado para a ação da CNC foi o ministro Flávio Dino.